

## ATA 08

**Ata 08/2011** – Aos oito dias do mês de junho de dois mil e onze, às oito horas e trinta minutos, na sala de reuniões da Central dos Conselhos, sito a Rua Sete de Setembro, mil cento e trinta e quatro, Centro, Toledo, Paraná, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) para reunião Ordinária, contando com a presença dos seguintes conselheiros: Raquel Cassol, Fernanda Pape, Maria de Lurdes O. Silveira, Sandra Cordeiro Muniz, Lisiane Kieling, Esther Luiza S. Lemos, Vilson André da Silva, Roseli Fabris Dalla Costa, Simone Beatriz Ferrari, Diomedes Cupertini, Valdenice dos Santos Souza, Loiva Fátima Bortolanza, Micheli Cristine S. de Moura, Margarete Justina Frasson, Solange Silva S. Fidelis, Tiago Henrique Godoy da Silva, Roseli Terezinha Gass, Ruth Lemes Palma, Otília Grígolo Friedrich, Ivone Laguna Abreu, Márcia Fath, Maria Inês Borges Mânica, Rosana Ap<sup>a</sup> P. F. dos Santos, Nelson Kissler, Patrícia Ortigoza Chaves, Edgard Ravach, Lucimar Recalcatti Vieira, Tânia Piazzeta e os participantes: Jaqueline M<sup>a</sup> Heck, Dyessica Thais A. R. da Silva, Andréa C. B. Zemann, Nélvio José Hubner, Elissandra Alves, Franciele C. Barreiro, Emilia Teodoro R. da Silva, Andressa Elisa M. Antunes, Ana Paula Pauliski, Regiane Eliziê F. de Camargo, Cleusa Elaine S. Ullmann, Astor Pedro Christ, Lucélia G. Matteella, Giane G. Boff Verdi, Adelianny M. R. dos Santos, Ivonete P. dos Santos Oliveira, Thais V. F. Scane, Juliana N. Zaniol, Daniela Liesenfeld, Silvana R. dos Santos, Danielli Dal Pozzo dos Santos, Fabio Pereira da Silva, Anderson S. Tosai, Edina M<sup>a</sup> da Silva, Aline Rossa e Juliano Varanis. A presidente do CMAS, Maria Inês Borges Mânica, abre a reunião saudando os presentes e apresentando a pauta desta Reunião Ordinária: **a)** Apreciação e aprovação das Atas 05, 06 e 07/2011; **b)** Informes da Secretaria Executiva (correspondências recebidas e expedidas); **c)** relato das Comissões: (Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal da Assistência Social); **d)** Apresentação e aprovação do Demonstrativo Sintético Anual Financeiro de 2010 do SUAS Web; **e)** Informes Gerais. No item **A** da pauta, a secretária executiva, Tania Midding, apresentada a Ata 05, onde a conselheira Solange Fidelis fez alguns apontamentos, sugerindo a inclusão de alguns dados, ao que Maria Inês também sugeriu alteração na linha 64. Em seguida a ata 05/2011 foi aprovada com as alterações propostas. Em relação a Ata 06/2011, Solange sugere algumas alterações, sendo aprovada com as alterações propostas. Tania explica que a Ata 07/2011 não estava pronta e que por esse motivo não será apresentada nesta reunião. No item **B**, informes da Secretaria Executiva, Tania apresenta as correspondências recebidas: Ofício 39/2011 do CAIC – APAC (Associação de Pais e Amigos do CAIC), solicitando a substituição do cargo de suplência do representante do CAIC – APAC, no Conselho Municipal de Assistência Social; Convite do CREAS I ao CMAS para a inauguração do Laboratório de Informática e, o Ofício 113/2011 da Direção Geral da Unioeste, informando que os cursos de Graduação em Filosofia e Serviço Social – *Campus* de Toledo, estão efetuando a doação de meias diversas, escovas de dente Adulto/ Infantil e vestuário diversos, ao Conselho Municipal da Assistência Social – (CMAS). Após a leitura do ofício da Unioeste, a secretária de Assistência social Ires Scuzziato, propõe se reunir com os conselheiros Nelson Kissler e Lucimar Recalcatti, para que as doações sejam disponibilizadas para as Casas Abrigo municipais e privados (Dorcas e APAE). A Presidente Maria Inês propõe votação, sendo aprovado. Nas correspondências expedidas: Declaração para a Dorcas, APAE, Ledi Maas Lions, Casa de Maria, Aldeia Infantil Betesda, Escola Municipal Anita Garibaldi, Ação Social São Vicente de Paulo, APA e APADA, declarando que as mesmas estão com o processo de solicitação de inscrição sob análise deste conselho. No item **C** da pauta, relato das comissões, a conselheira Solange Fidelis, enquanto presidente da Comissão Organizadora da IX Conferência Municipal de Assistência Social, fala que o evento está próximo e pede para que todos façam a inscrição antecipadamente, informando ainda sobre as nove (9) Pré-Conferência, fala que o volume de participação nas Pré-Conferência realizadas nos territórios, foi de aproximadamente quatrocentos e cinquenta (450) pessoas, e que nos distritos as participações não atingiram o objetivo esperado por falta de divulgação. Ela argumenta que no segmento dos trabalhadores a participação não foi a esperada, tendo vista que o foco da IX Conferência são os trabalhadores do Sistema Único de Assistência social (SUAS), houve pouca participação. Lembra também que houve o foro dos usuários para eleição dos representantes deste segmento no CMAS, processo este que é novo, pois não havia processo eletivo e somente indicações até então. Na seqüência, informou que o número de inscritos como delegados foram de cento e cinquenta e duas (152) pessoas, com um total de cento e trinta (130) propostas elencadas. A conselheira Esther Lemos questiona se houve inscrições das entidades para delegados, ao que Solange diz que sim, pois as mesmas participaram das Pré-Conferência nos territórios. Esther questiona ainda sobre a divulgação da IX Conferência, e solicita que se dê mais ênfase na divulgação da mesma. Solange lembra que a Comissão de Acessibilidade reuniu-se e fez encaminhamentos, aos Órgãos Competentes, para adequações no espaço externo do Centro Cultural Ondy Helio Niederauer para a realização da IX Conferência Municipal de Assistência Social, lembrando que esta comissão estará apresentando o relatório dos encaminhamentos solicitados no momento da Conferência. A Presidente pede para que todos

participem e divulguem o evento. Neste sentido, Maria de Lurdes informa que a partir de quinta-feira, 09 de junho, a agenda da IX Conferência de Assistência Social, estará sendo divulgada na mídia local. No item **D** da pauta, sobre o Demonstrativo Sintético 2010 do SUAS Web, Fernanda esclarece que o mesmo é a prestação de contas dos recursos e das ações do Convênio com o Ministério do Desenvolvimento Social de Combate a Fome (MDS), e informa que estará apresentando a prestação de contas dos serviços e, em relação a prestação de contas dos recursos, serão apresentadas pela Maria de Lurdes e pela técnica do Departamento de Contabilidade Giane Boff Verdi. Então, Fernanda passa a apresentar em relação ao Programa BPC na escola, lembrando que o questionário sobre esse item já foi apresentado em março, e que o Conselho preencheu o mesmo em reunião extraordinária. No Programa de Proteção Integral à Família (PAIF), explica que foram atendidas duas mil quatrocentos e quarenta e oito (2.448) famílias, desenvolvido nos quatro CRAS do Município, sendo: CRAS I com oitocentos e cinquenta (850) famílias, no CRAS II com setecentos e cinquenta e sete (757) Famílias, no CRAS III com quatrocentos e um (401) e, no CRAS IV com quatrocentos e quarenta (440) famílias. No Programa Projovem foram atendidos ao todo seis (6) coletivos, onde os CRAS I e II possuíam dois (2) coletivos cada, e os CRAS III e IV um (1) coletivo cada. Ela fala também que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), é desenvolvido em nove (9) entidades, e atendeu no ano de 2010, setecentos e quarenta e cinco (745) crianças e adolescentes. No Piso Fixo de Média Complexidade (PFMC), foram atendidas duzentos e sessenta e oito (268) adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à Comunidade (PSC), no CREAS I; no CREAS II foram atendidos cento e cinquenta e nove (159) crianças e adolescentes, onde cem (100) são crianças e cinquenta e nove (59) adolescentes; também estão inseridos no Piso Fixo de Média Complexidade (PTMC) os atendimentos à famílias e indivíduos do CREAS II com sessenta e sete (67) pessoas atendidas, no qual são cinquenta e oito (58) idosos e nove (9) pessoas com deficiência (PCD); o Piso de Transição de Média Complexidade (PTMC) de pessoas com deficiência obteve o total de sessenta e oito (68) pessoas atendidas, sendo cinquenta (50) atendimentos realizados pela APAE e dezoito (18) pela APADA. Fernanda encerra a apresentação da prestação de contas dos Serviços e passa Maria de Lurdes e Giani, que farão a apresentação da prestação de contas dos recursos financeiros referente ao ano de 2010. Maria de Lurdes começa apresentando os recursos da Proteção Social Básica (PSB), sendo: o Programa BPC na Escola, que teve como receita um valor total de R\$ 4.663,22 (quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos), composta dos seguintes valores: saldo do ano de 2009 de R\$ 1.672,04 (um mil, seiscentos e setenta e dois reais e quatro centavos); Repasse referente janeiro a dezembro/ 2010 de R\$ 2.775,00 (dois mil setecentos e setenta e cinco reais); e Rendimentos de R\$ 216,18 (duzentos e dezesseis reais e dezoito centavos). Quanto as despesas, Maria de Lurdes esclarece que os recurso do Programa BPC na Escola não foi gasto. Desta forma, ficou então com o saldo reprogramado para 2011 com o valor de R\$ 4.663,22 (quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e vinte e dois centavos). Fernanda Pape lembra que já apresentou ao CMAS em março de 2011 o motivo pelo qual não foi gasto o recurso, onde as licitações deram deserto e explica ainda que houve um problema com a empresa ganhadora do processo licitatório, em que ficou em trâmite no Departamento Jurídico, que fez com que não houvesse o evento previsto e os recursos não fossem gastos, mas que agora a licitação deu certo e que o evento já está programado e irá acontecer em Agosto de 2011. A conselheira Roseli Gass questiona sobre outros vários recursos que não foram utilizados, ao que Ires esclarece que todos passaram por processo de licitação e alguns deram deserto ou deu algum problemas com a empresa. A conselheira Esther Lemos fala sobre a questão da ação específica do Programa BPC na escola, lembrando que são beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC e que deveriam estar na escola. Continuando na apresentação, Maria de Lurdes fala do Projovem Piso Básico Variável - PBV I, com Receita total de R\$ 107.354,36 (cento e sete mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e seis centavos), tendo como despesas um valor total de R\$ 62.910,81 (sessenta e dois mil, novecentos e dez reais e oitenta e um centavos), gerando um saldo à ser reprogramado para 2011 de R\$ 44.443,55 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta e três reais e cinquenta e cinco centavos). Maria de Lurdes argumenta que foi encaminhada em março uma solicitação de material, na qual a licitação foi por pregão eletrônico, dando deserto nos itens de material esportivos. Ela explica também que em novembro foi encaminhada a segunda solicitação sendo também por pregão eletrônico, e já está empenhado. A conselheira Roseli Gass questiona sobre a restituição de recursos ao MDS, ao que Rodrigo esclarece dizendo que esse recurso é do convênio de bolsa auxílio do Programa Agente Jovem que não existe mais. Maria de Lurdes passa a apresentar na Proteção Social Especial (PSE), o PFMC – CREAS II, tendo como receita total um valor de R\$ 102.373,85 (cento e dois mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos). Quanto a despesa, Maria de Lurdes esclarece que não houve despesas. O saldo à ser reprogramado para 2011 ficou num valor de R\$ 102.373,85 (cento e dois mil, trezentos e setenta e três reais e oitenta e cinco centavos), representando a totalidade do recurso recebido em 2010, justificando que houveram três solicitações de licitação, havendo problemas em duas delas, sendo que a terceira foi enviada em novembro, não havendo tempo hábil para concluí-la no ano de

referência. Ainda na PSE, PFMC/Expansão do CREAS I, consta como receita um valor total de R\$ 72.681,59 (setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinqüenta e nove centavos). Maria de Lurdes apresenta que também não houve despesas neste item, gerando um valor total à ser reprogramado para 2011 de R\$ 72.681,59 (setenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinqüenta e nove centavos), justificando que na licitação referente ao pregão eletrônico 245/2010 realizada em novembro, que foi empenhado em 2011 no valor de R\$ 22.817,22 (vinte e dois mil, oitocentos e dezessete reais e vinte dois centavos) ficou sessenta e oito itens deserto, no entanto, já foi feita outra licitação e o valor reprogramado já foi zerado. Na sequência, na PSB, Piso Básico Fixo (PBF) CRAS, apresenta receita total de R\$ 377.724,03 (trezentos e setenta e sete mil, setecentos e vinte e quatro reais e três centavos). Como despesas, um valor de R\$ 302.266,09 (trezentos e dois mil, duzentos e sessenta e seis reais e nove centavos), gerando saldo à ser reprogramado para 2011 o valor de R\$ 75.457,94 (setenta e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e sete reais e noventa e quatro centavos). Maria de Lurdes esclarece que a solicitação de licitação foi encaminhada em novembro e gerou o pregão eletrônico 248/2010. Sendo empenhado apenas R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e os demais itens deram desertos. O restante do valor que é de R\$ 35.457,94 (trinta e cinco mil, quatrocentos e cinqüenta e sete reais e noventa e quatro centavos) concluiu em janeiro de 2011 no pregão Presidencial 48/2011 e já está empenhado. Na PSE, referente ao PFMC – Pessoa com Deficiência - PCD, a Receita total o valor de R\$ 172.576,50 (cento e setenta e dois mil, quinhentos e setenta e seis reais e cinqüenta centavos). Nas Despesas, um valor de 158.551,33 (cento e cinqüenta e oito mil, quinhentos e cinqüenta e um reais e trinta e três centavos). Assim, o saldo à ser reprogramado para 2011 é de R\$ 14.025,17 (quatorze mil, vinte e cinco reais e dezessete centavos). O próximo item é PSE – Piso Variável de Média complexidade (PVMC) – PETI Coletivo, com Receita total de R\$ 189.696,86 (cento e oitenta e nove mil, seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e seis centavos). Havendo a Despesa de R\$ 163.123,66 (cento e sessenta e três mil, cento e vinte e três reais e sessenta e seis centavos). Com total à ser reprogramado para 2011 no valor de R\$ 26.573,20 (vinte seis mil, quinhentos e setenta e três reais e vinte centavos). Maria de Lurdes complementa explicando que o processo licitatório do PETI foi encaminhado em novembro de 2010, gerando o pregão eletrônico 249/2010, o qual foi empenhado em fevereiro de 2011. Na PSB - Piso de Transição de Média Complexidade (PTMC) – Infância e Idoso, Maria de Lurdes esclarece que são os recursos que eram destinados as entidades socioassistenciais, com receita total de R\$ 19.176,68 (dezenove mil, e cento e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos). Em relação às despesas, houve restituição ao MDS no valor de R\$ 7.498,88 (sete mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos), havendo a execução dos R\$ 19.176,68 (dezenove mil, cento e setenta e seis reais e sessenta e oito centavos). No último item, Programa Bolsa Família /IGD, consta como receita total o valor de R\$ 51.595,29 (cinqüenta e um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e nove centavos). Nas Despesas houve no valor de R\$ 10.371,34 (dez mil, trezentos e setenta e um reais e trinta e quatro centavos). Restando um valor à ser reprogramado para 2011 de R\$ 41.223,95 (quarenta e um mil, duzentos e vinte e três reais e noventa e cinco centavos). Maria de Lurdes explica que foi encaminhada uma tomada de preço, através de dispensa de licitação, em 08 de junho de 2010, mas que por falta de amparo Legal não aconteceu. Sendo assim, foi realizada uma nova reunião com a comissão do Cadastro Único, em que foi proposto uma nova solicitação para aquisição de serviço de instalação de Internet em todos os CRAS, e em 27 de dezembro de 2010, foi agendada a abertura da Tomada de Preço, que acabou por ser suspensa, pelo fato de que as empresas que se apresentaram, não atenderem alguns itens do edital. E por este motivo foi enviado no dia 04 de maio de 2011, um novo processo licitatório, o qual se encontra na Prefeitura. O diretor do Departamento de Planejamento e Orçamento, Sr. Astor P. Christ, informa que a licitação com o recurso do IGD acontecerá no próximo dia 13 de junho. A presidente Maria Inês observa que se somarmos todos as reprogramações, o total vai ser de aproximadamente R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), e questiona se todo este recurso será gasto durante o ano de 2011, ao que Astor diz que sim, e explica que todos já estão em processo de licitação. A conselheira Esther Lemos coloca a questão da apresentação dos serviços e dos recursos, e observa que as únicas ações e serviços que não tem co-financiamento são os programas Florir Toledo, Casa Abrigo e Programa Agente Jovem, ou seja, observando que o Município financia apenas programas para adolescentes, desta forma este relatório é fundamental para visualizarmos que a Política de Assistência Social no Município é quase toda financiada pelo Governo Federal, sendo necessário assegurar que o Município e o Governo Estadual garantam o financiamento para a área social. Lembra ainda que é período de Conferências e que isto deve ser discutir neste momento. Em seguida lembra dos CRAS, dizendo que apenas três (3) deles estão co-financiados, e ressalta que temos quatro (4) CRAS implantados no Município, e que este recurso ainda é distribuído para seis (6) equipamentos, os CRAS e os CERTIS. Ires e Astor falam que a folha de pagamento de recursos humanos é muito alta. Ires menciona que um CRAS custa em torno de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para o Município, sendo que recebe apenas R\$ 9.000,00 (nove mil reais) do Governo Federal. Ressalta que o Órgão Gestor estará apresentando a nova gestão do Conselho, quanto recebem de recursos do Governo

Federal e quanto o Município investe na Política Municipal da Assistência Social. Esther ressalta novamente que é ano de Conferência e devemos nos atentar a estas questões, inclusive de pleitear co-financiamento para recursos humanos. A conselheira Solange sugere que o Departamento de Gestão realize o levantamento de custos dos abrigos para o Município e apresentar ao conselho. Ires fala sobre o alto custo do PSE para o Município, e lembra que os municípios vizinhos possuem abrigos para poucas crianças, sendo necessário realizar discussão sobre a possibilidade realizar consórcio regional para este tipo de serviço. O conselheiro Nelson Kissler diz que tem uma preocupação, pois existem recursos do Governo Federal para construções, e depois como o Município vai manter e equipar estes espaços. O conselheiro Edgard Ravache fala da preocupação em relação as despesas com os abrigos, no entanto, este é um reflexo do crescimento do município, porém, não existe co-financiamento do Estado, sendo pouco os recursos do Governo Federal. Entretanto, lembra que as entidades também sofrem com este problema, pois o município cresce e a demanda acompanha esse crescimento. Maria Inês diz que esta observação é muito importante, pois a manutenção destes programas é considerável. O conselheiro Tiago Godoi fala que deve ser discutido na Conferência, a regionalização de alguns serviços de PSE de Alta Complexidade à nível de Estado, e que devemos cobrar dos políticos e lembrar que a Internet facilita este processo, pois podemos cobrar via e-mail dos Senadores e Deputados. Na sequência, a conselheira Raquel Cassol lembra que em março foi apresentado e preenchido um questionário do IGD no Demonstrativo de 2009, e agora também abriu aba sobre o IGD 2010 no Demonstrativo de 2010, para aprovação do CMAS até final de junho e lembra que a parte financeira já foi apresentada por Maria de Lurdes. Raquel esclarece que o CMAS deverá preencher novamente um questionário sobre a comprovação de gastos do IGD/2010. Como segue o Questionário: 1. Foram observados, na execução das atividades com os recursos do IGD, todos os princípios exigidos pela legislação aplicada a administração pública? a resposta para a questão foi SIM. Na segunda questão, 2. Todas as atividades executadas foram feitas nos termos da Portaria que regulamentou do Índice de Gestão Descentralizada - IGD? por unanimidade a resposta também foi SIM. Na terceira, 3. Os recursos alocados na gestão do PBF foram utilizados, em sua totalidade, nas finalidades para os quais foram disponibilizados? a resposta da plenária foi que SIM. Na quarta questão, 4. Segundo avaliação do Conselho, o município realiza uma adequada gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família, realizada de forma intersetorial, compreendendo as atividades necessárias para o registro da informação da frequência escolar, da agenda de saúde, e a sistematização e análise dessas informações? A conselheira Esther diz que SIM, pois a comissão tem se esforçado para ampliar essas discussões e a plenária concorda. Na quinta, 5. Segundo avaliação do Conselho, a gestão local desenvolve ações adequadas para identificação, cadastramento de novas famílias e atualização e revisão dos dados contidos no Cadastro Único referentes aos cidadãos residentes no município? Raquel explica as ações de visitas às famílias, divulgação na mídia, parcerias com projetos de extensão da União, as ações do PROCV na rede, a descentralizações para os CRAS e de divulgação nas escolas para o Cadastro Único. Então a plenária responde que SIM e solicitam que descrevam as ações desenvolvidas. Em seguida a presidente põe o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico-Financeira do Sistema Único de Assistência Social - SUAS/ 2010 para aprovação, o qual foi aprovado unanimidade. Giani B. Verdi, fala que seria importante se o Demonstrativo estivesse online agora e explica como funciona o sistema do SUAS WEB, e esclarece que após finalizar o Demonstrativo aparece a aba do Conselho para este preencher o parecer com uma senha específica do CMAS. Neste momento, a presidente sugere que alguns membros da comissão técnica e Valdair Baggio da comissão de orçamento finalize este processo, no qual todos aceitam a proposta. Após, a presidente Maria Inês Borges Mânica, dá por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos os conselheiros. E nada mais havendo a tratar, eu, Tania R. S. Midding, encerro a presente ata, a qual será assinada por mim e pelos demais presentes.